

ECO-333

**O Impacto do Investimento Directo Estrangeiro e da Abertura
Comercial no Crescimento Económico em Moçambique 1991-
2006**

Celso Refinado Bila

Maputo, Maio 2008

Trabalho de Licenciatura em Economia
Faculdade de Economia
Universidade Eduardo Mondlane

**O Impacto do Investimento Directo Estrangeiro e da Abertura
Comercial no Crescimento Económico em Moçambique 1991-
2006**

Celso Refinado Bila

Maputo, Maio 2008

Trabalho de Licenciatura em Economia

Faculdade de Economia

✓ Universidade Eduardo Mondlane

Declaração

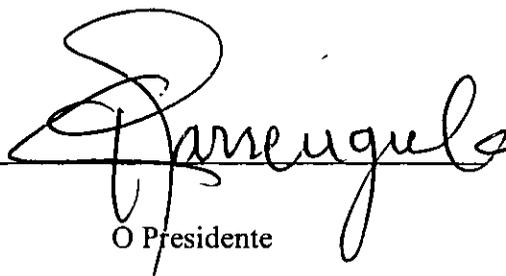
Declaro que o presente trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição de ensino.

O candidato

(Celso Refinado Bila)

Aprovação do Júri

Este trabalho foi aprovado com _____ valores no dia ___ de _____ de 2008 por nós, membros do júri examinador da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.



O Presidente

O Arguente

O Supervisor

À Felicidade e Tay
Meus pais

Agradecimentos:

Em especial à Deus, A minha esposa Felicidade, minha filha Taynara sem elas não conseguiria vencer mais essa batalha em minha vida.

Ao meu orientador Prof. Doutor Manoela Sylvestre pelo seu conhecimento e disponibilidade prestada durante a realização do trabalho, ao Dr. Amilcar Tivane pelas críticas e ideias construtivas.

A todos professores Faculdade de Economia, sem exceção, o apoio em diversas oportunidades, a toda comunidade da Universidade Eduardo Mondlane e funcionários da Faculdade de Economia.

Ao meu pai Refinado, minha mãe Ana, aos meus irmãos Albano, Óscar, Brito, Júnior e minhas irmãs Bete, Cândida e Laura, pelo incentivo oferecido durante a minha caminhada pela Universidade. Aos meus parentes e amigos (Ninoca) que directa ou indirectamente tiveram participação na realização deste trabalho.

Aos colegas da turma de ingresso 2001 que junto iniciamos esta batalha e, em especial a Mary Deize, Katia, ao Jorge Cossa e Barreto sempre presentes no momentos de batalha.

A todos o meu muito obrigado.

Resumo

O presente trabalho faz uma incursão ao debate sobre o impacto do investimento directo estrangeiro (IDE) e liberalização têm no crescimento económico moçambicano. O IDE tem uma importância fundamental para os Países em Vias de Desenvolvimento (PVDs), em particular; é visto como uma forma eficaz e eficiente de solução dos constrangimentos financeiros e de capacidades enfrentados pela maioria dos PVDs, através da transferência de capital e tecnologia, ganhos em moeda externa, acesso a mercados internacionais, efeitos no emprego, crescimento e poupança doméstica. Todavia, no que concerne ao contributo do IDE para o desenvolvimento, existe um amplo debate envolvendo diferentes escolas ou visões de pensamento económico, nomeadamente a visão neoclássica, marxista e estruturalista.

O estudo tem como objectivo avaliar a contribuição do IDE e Liberalização no crescimento económico na economia moçambicana, avaliar criticamente a sua distribuição por sectores e região, assim como procurar saber se fluxos de IDE estão a criar ligações *input-output* tecnológicas e pecuniárias com as empresas nacionais.

A maioria dos países africanos, tem falta de recursos financeiros para fazer investimentos de longo prazo. Esta falta de fundos invisíveis (divisas) é um grande constrangimento para o crescimento económico, e torna-se difícil atingir os objectivos de desenvolvimento do milénio (ODM) para 2015 como fixado pelas Nações Unidas. O investimento directo estrangeiro é visto como a maior fonte de obtenção dos fundos de investimento desde que os países africanos ofereçam incentivos para atrair o IDE, (Nações Unidas, 2005:2)

Portanto, estas externalidades associadas ao IDE dependem da capacidade de absorção (recursos humanos bem treinados e qualificados, infra-estruturas, instituições, etc.) da economia receptora

A conclusão a que chego quanto ao impacto do IDE no crescimento económico, é de que está a contribuir significativamente para crescimento económico sobretudo na redução do deficit da balança comercial e aumento do volume do comércio internacional através do incremento das exportações, área para a qual maior parte do IDE é canalizado.

Lista de Abreviaturas

ADRL	Autoregressive Distributed Lag
BOP	Balança de Pagamentos
CI	Comércio Internacional
CPI	Centro de Promoção de Investimentos
FPP	Fronteira de Possibilidades de Produção
GP	Grandes Projectos
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IDN	Investimento Directo Nacional
MMG	Método de Momentos Generalizados
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
PIB	Produto Interno Bruto
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
PVDs	Países em vias de Desenvolvimento
UNCTAD	United Nation Conference on Trade and Development
ZFI	Zonas Francas Industriais

Lista de Tabelas

Tabela 1: Sumario de estudos empíricos do impacto do IDE e Liberalização no crescimento económico: alguns desenvolvimentos recentes.....	10
Tabela 2: Identificação e caracterização dos principais mega projectos.....	38
Tabela 3: Investimento total aprovado por fonte de financiamento 1991 – 2006 Valores em milhões usd.....	38
Tabela 4: Dados usados no estudo.....	40
Tabela 5: Distribuição Regional dos Incentivos Fiscais.....	39
Tabela 5: Tendencias do IDE.....	41

Lista de Gráficos

3.1 Investimento Total aprovado por fonte de financiamento (milhões de dólares).....	19
3.2 Estrutura percentual do invest. Por fontes de financiamento.....	20
4.1 Liberalizado, Fluxos e <i>stock</i> de IDE, como percentagem do PIB.....	21

4.2 Evolução do <i>stock</i> do IDE, Comer. Inter. (volume) em relação ao PIB.....	22
4.3 Evolução do PIB, Fluxos e <i>Stock</i> do IDE	23
4.4 Contributo dos grandes projectos nas exportações moçambicanas.....	24
4.5 Contributo dos grandes projectos nas importações moçambicanas.....	25
5.1 Estrutura sectorial do invest. por fonte de financ. (como percentagem do investimento total) 1991-2006.....	27
5.2 Estrutura do invest. por Província e por fonte de financ. (como percentagem do investimento total) 1991-2006.....	28
5.3 Exportações, importações, IDE, Balança comercial e de capitais.....	30

Índice

Declaração	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Lista de abreviaturas.....	v
Lista de tabelas.....	v
Lista de gráficos.....	v
1. Introdução	1
1.1 Contextualização.....	2
1.2. Problema	3
1.3 Objectivo Geral.....	3
1.3.1. Objectivo Específico	3
1.4 Metodologia	4
1.5 Estrutura.....	4
2. Revisão da Literatura e Enquadramento Teórico	4
2.1. Conceitos	5
2.2. Evidencia Teórica	6
2.2.1. Visão Neoclássica.....	6
2.2.2. Visão Marxista.....	7
2.3. Interação IDE e crescimento económico.	8
2.4. Interação comércio internacional e crescimento económico.	9
2.5. Evidencia Empírica.....	10
2.4 Determinantes do IDE	12
2.4.1 Incentivo ao investimento estrangeiro: Necessidades e relevância.	13
3. Caso de Moçambique: Padrões e dinâmicas do IDE na economia.....	17

	viii
3.1.1. Ligações Input-Output.....	17
3.1.2. Ligações Tecnológicas.....	18
3.2. Comportamento do IDE no período 1991 – 2006	19
4 Padrões do Crescimento económico	21
4.1 Relação Crescimento económico e Comércio Internacional	21
4.2 Relação investimento directo estrangeiro e Crescimento económico	22
4.3 Contribuição dos mega projectos no crescimento do comércio internacional.....	24
5. Impacto do IDE na economia moçambicana	25
5.1 Impacto do IDE no Crescimento Económico e na criação do emprego	26
5.2 Impacto do IDE na Balança de Pagamentos (BOP)	30
6. Conclusões e Recomendações	32
7. Referencias	34

1. Introdução

No âmbito geral o financiamento externo é considerado como um importante motor do crescimento económico, na medida em que ele ajuda a cobrir o fosso (*gap*) entre o investimento actual na economia e o investimento necessário para sustentar o crescimento económico. Existe vasta literatura no que concerne a diferentes efeitos do investimento estrangeiro no crescimento e desenvolvimento económico dentro da economia recipiente. Alguns desta literatura focaliza no impacto do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e Comércio Internacional/liberalização no crescimento económico, (veja se, Ankilo, 2004; Carcovic e Levine, 2002; Fosu, 1990, Chein e Gupta 2003; Borensztein, Gregorio e Lee, 1998, entre vários).

A maioria dos países africanos, tem falta de recursos financeiros para fazer investimentos de longo prazo. Esta falta de fundos invisíveis (divisas), é um grande constrangimento para o crescimento económico e torna-se difícil atingir os objectivos de desenvolvimento do milénio (ODM) para 2015, como fixado pelas Nações Unidas. O investimento directo estrangeiro é visto como a maior fonte de obtenção dos fundos de investimento desde que os países africanos, ofereçam incentivos para atrair o IDE, (United Nations, 2005:2).

Além de tornar os fundos invisíveis disponíveis, assume-se que os fluxos de IDE nos países em desenvolvimento produzem externalidades através da transferência tecnológica e efeito multiplicador, (Carcovic e Levine, 2002).

No período imediatamente após a independência, a ordem económica em Moçambique assentou no controle estatal dos meios de produção e distribuição. O papel do sector privado na produção de bens foi considerado secundário e subordinado à direcção do Estado. Desta forma, o Estado pretendia dirigir centralmente a afectação e distribuição de recursos na economia, de modo a assegurar a produção de bens estratégicos para o desenvolvimento e a satisfação das necessidades básicas da população.

Durante a década 90, a conjuntura política e económica internacional foi caracterizada por novos desenvolvimentos que impõem a necessidade da revisão das políticas e estratégias

globais de desenvolvimento e das medidas de incentivo de atracção dos fluxos de capital estrangeiro, em particular, por parte dos Países em Vias de Desenvolvimento (PVDs) com intuito de estimular o crescimento económico. O uso de medidas de incentivo fiscais e aduaneiros de vários tipos¹ (num ambiente de amplas reformas económicas e de intensa e crescente competição) constituiu a principal estratégia e centro de políticas de atracção de fluxos de investimento, particularmente do investimento directo estrangeiro (IDE)², na promoção do crescimento económico.

Devido a importância que o IDE tem no crescimento económico como supra citado, (especialmente para os PVDs), o IDE deve ser estudado e pesquisas extensivas devem ser feitas, assim como ter uma clara compreensão de qual é a sua contribuição no crescimento, os seus determinantes, impacto e implicações.

Contudo, o crescimento económico verificado durante a década 90 carece de uma indagação dos reais factores que o tenham motivado, bem como analisar se o mesmo é consentâneo com teoria económica (averiguar se este é acompanhado com altas taxas de poupança doméstica ou aumento do *stock* de capital).

1.1 Contextualização

Os Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) são caracterizados por uma escassez de recursos financeiros (poupança interna), para a realização de investimentos em actividades produtivas, níveis de rendimento demasiado baixos o que não permite a geração de recursos domésticos suficientes para o alcance de taxas modestas de investimento e crescimento económico que poderiam contribuir para a redução da pobreza absoluto e elevar os padrões de vida para níveis aceitáveis. Nesta perspectiva, os governos africanos tudo fazem no sentido de tornar suas economias mais atractivas a poupança externa, particularmente o Investimento Directo Estrangeiro, como forma de superar a escassez de poupança interna para investimento.

Este estudo revela se importante para fechar a lacuna de conhecimento/pesquisa sobre o assunto, pois existem poucos estudos empíricos em Moçambique sobre o impacto do IDE

¹ Isenções, reduções, créditos fiscais, subsídios e outras medidas indirectas. Vide tabela 5 em anexo

² Necessidade de influxos de IDE como uma fonte de capital, moeda estrangeira e emprego tem sido particularmente critica nos PVDs em diferentes períodos de tempo ao longo da década passada, devido aos efeitos da crise da dívida e outras crises financeiras, crescimento lento ou mercados de exportação fracos, fracas ligações inter e intra-sectoriais e industriais, etc.

e abertura comercial no crescimento económico. A escolha do período de estudo 1991 a 2006 deve-se primeiro, a disponibilidade de dados das variáveis a serem usadas no estudo, segundo ao clima de paz que verifica no país com a assinatura do Acordo de Paz em Outubro de 1992 e posteriores eleições em 1994 a partir do qual houve incremento significativo da entrada de divisas com a presença do contingente das Nações Unidas em Moçambique e maior abertura a economia do mercado que traz oportunidades, e por último o debate sobre o IDE ser um tema actual.

1.2. Problema

O presente trabalho será organizado de modo a responder a seguinte questão:

Dada a fraca capacidade do investimento doméstico, qual é o impacto do IDE e Liberalização/Comércio internacional no crescimento económico?

1.3 Objectivo Geral

- Articular os conhecimentos teóricos, leccionados ao longo do curso, para a análise do impacto do IDE e Liberalização no crescimento económico.

1.3.1. Objectivo Específico

- Identificar os factores determinantes do IDE;
- Identificar os diferentes impactos que o IDE tem numa economia;
- Avaliar a forma como o IDE está distribuído por sectores e por províncias.

A hipótese de base que sustenta a discussão contida no presente trabalho assenta no facto de que o IDE e Liberalização levam ao crescimento, no entanto não existe nenhuma garantia de sucesso a prior de que políticas e estratégias de desenvolvimento, em geral e de medidas liberais e de incentivos, em particular.

As políticas e estratégias de desenvolvimento, não são algo que provém de uma instituição pura (sem interesses) e nem são isentas de sofrer influencia dos diferentes grupos sociais. Isto revela o facto de que políticas e estratégias económicas não são algo exógenas a sociedade (não operam num vácuo social). Elas emergem ou, pelo menos, devem emergir dos conflitos da sociedade e são endógenas ao problema.

1.4 Metodologia

O presente trabalho é basicamente teórico e resulta de uma pesquisa bibliográfica

Para a revisão de literatura, foi seguida a seguinte sequência:

- i. Selecção da bibliografia relevante para o tema;
- ii. Leitura e elaboração de pequenos resumos de cada artigo. Primeiro, os artigos que fornecem a evidencia teórica sobre o impacto do IDE e liberalização no crescimento económico, depois aqueles que debruçam sobre a evidencia empírica resumida na tabela 1;
- iii. Recolha de dados no Centro de Promoção de Investimentos (CPI), Instituto Nacional de Estatística, Banco de Moçambique e consulta ao Site da UNCTAD;
- iv. Elaboração de tabelas e gráficos para facilitar a análise interpretação;
- v. Comparação de diversas contribuições;
- vi. e por ultimo as conclusões.

1.5 Estrutura

O trabalho encontra-se estruturado em seis secções (com algumas sub secções), sendo que a primeira consiste da introdução, objectivos e metodologia usada para a elaboração do trabalho, a segunda faz uma revisão da literatura e o enquadramento teórico sobre o tema, e mostra o que a evidencia empírica diz sobre o tema, isto é, os determinantes do IDE; a terceira secção faz uma análise da relação que o IDE e a liberalização têm com o crescimento económico. A quinta secção, analisa o impacto que o investimento estrangeiro esta a ter sobre a economia nacional, nomeadamente, em termos do emprego, investimento agregado, dos ganhos e poupança de moeda externa (receitas de exportações e substituição de importações), seu efeito na balança de pagamentos (capitais), e em termos de redução das assimetrias regionais. Para este efeito, o impacto do investimento é avaliado através das ligações que o mesmo está (ou não) a permitir com a economia nacional e o seu padrão de alocação, regional e sectorial. A sexta apresenta as principais conclusões e recomendações. A sétima, faz o arrolamento das referências bibliográficas e outras, consultadas.

2. Revisão da Literatura e Enquadramento Teórico

Esta secção faz uma apresentação sumária e descritiva dos *principais* aspectos identificados na literatura como fazendo parte central da dinâmica decisória de realização de investimentos privados estrangeiros, e sua relação com o crescimento económico. Para

uma melhor compreensão, a secção começa por introduzir os conceitos crescimento económico, IDE e liberalização /Comércio Internacional.

2.1. Conceitos

O crescimento económico é um dos temas mais antigos na literatura económica e entre os economistas. A forma de como é abordado difere entre os economistas, mas sempre recorrem a variáveis macroeconómicas para explicar, definir ou estudar.

Crescimento económico é o aumento da capacidade produtiva da economia, e portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área económica. É definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB).³

Crescimento económico, é a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) potencial ou do Produto Nacional do país. Dito de outro modo, o crescimento económico ocorre quando a Fronteira de Possibilidades de Produção (FPP) se desloca para fora.⁴

Das definições acima, notam-se alguns elementos centrais e comuns como “ aumento ou expansão” do PIB. Desta forma, qualquer que seja a definição do crescimento económico, irá incontornavelmente usar os elementos ora referidos.

Em Moçambique **investimento directo estrangeiro (IDE)**, é definido como qualquer das formas de contribuição de capital estrangeiro susceptível de avaliação pecuniária, que constitua capital ou recursos próprios ou sob conta e risco do investidor estrangeiro, provenientes do exterior e destinados a sua incorporação no investimento para realização de um projecto de actividade económica, através de uma empresa registada em Moçambique e a operar a partir do território moçambicano.⁵

A medição **Liberalização/Comércio Internacional** que é geralmente usada é a soma das exportações e importações em relação ao PIB $(Exp+Imp)/PIB$, definição a ser usada ao longo do presente trabalho.

³ Dicionário de economia do século xxi, pág. 203

⁴ P. Samuelson e Nordhous, 1999:518

⁵ Lei n° 3/93, de 24 de Julho

Porém existem varias outras noções de liberalização/Comércio Internacional, como a de Sachs e Warner (1995), citado por (Fosu 2000:2) que consideram que, uma economia é aberta ao comércio se satisfaz as cinco condições: (i) médias das tarifas abaixo de 40 por cento; (ii) quota média e cobertura de licenças de importações inferior a 40 por cento; (iii) a taxa de prémio do mercado negro da taxa de câmbio inferior a 20 por cento; (iv) não controlo extremo (taxas, quotas, monopólios estatais) nas exportações; (v) não considerado país socialista. Uma outra noção de liberalização segundo (Krueger, 1978:89), é a de que um país pode ter uma economia aberta, através do uso de uma política cambial favorável direccionada ao seu sector de exportações, e ao mesmo tempo, pode usar barreiras para proteger o seu sector de importações.

Resumidamente, o autor considera que crescimento económico seria o aumento sustentável do produto agregado de uma economia (PIB), durante um período de tempo. Para efeitos da discussão do tema ora exposto, o autor considera Liberalização/Comércio Internacional com sendo a soma das exportações e importações, em relação ao PIB.

2.2. Evidencia Teórica

O IDE tem uma importância fundamental para os PVDs, em particular; é visto como uma forma eficaz e eficiente de solução dos constrangimentos financeiros e de capacidades enfrentados pela maioria dos PVDs, através da transferência de capital e tecnologia, ganhos em moeda externa, acesso a mercados internacionais, efeitos no emprego, crescimento e poupança doméstica. Todavia, no que concerne ao contributo do IDE para o desenvolvimento, existe um amplo debate envolvendo diferentes escolas ou visões de pensamento económico, nomeadamente a visão neoclássica, marxista e estruturalista.

2.2.1. Visão Neoclássica.

Para a visão neoclássica, o IDE responde positivamente à vantagens comparativas reveladas pela força de mercado, num ambiente económico liberalizado (estabilidade dos agregados macroeconómicos); Tentativa de atraí-lo implica que a economia tem que prosseguir políticas que sejam favoráveis a esse ambiente económico. IDE é benéfico para a economia porque complementa as capacidades domésticas no que diz respeito a poupança, tecnologia, acesso a mercados, e porque força a construção de um ambiente. Portanto, IDE é positivo para o desenvolvimento económico.

2.2.2. Visão Marxista.

Para as visões Marxistas⁶ o contributo do IDE é visto no contexto da divisão internacional do trabalho entre o centro e periferia na qual o IDE representa a expressão do centro que tenta controlar e exercer influencia sobre a periferia, sendo, por isso é positivo para as multinacionais na medida em que permite uma máxima extracção de recursos e seu aproveitamento, mas o IDE é negativo para os países da periferia. Por outro lado, IDE é visto como forma superior de desenvolvimento capitalista na medida em que é um instrumento central para a internacionalização do capital (divisão internacional do trabalho como resultado da aliança e rivalidade entre o trabalho e o capital), globalização do capital via IDE o qual responde à estratégias corporativas.

Mesmo que elas compitam umas com as outras, no fim o conflito principal é entre o capital e o trabalho. IDE tem um carácter destrutivo e construtivo. (i) **Destrutivo** – Modifica coisas que já existem e nesse processo, há coisas que se perdem (capacidades, grupos sociais que sofrem,). (ii) **Construtivo** –Pode criar uma grande massa se traz novos trabalhadores, oferecer oportunidades de desenvolvimento da industria, criar recursos para desenvolvimento de capacidades produtivas na economia.⁷

Assim, o debate passa a ser “Para que tipo de desenvolvimento o IDE contribui e não qual é o contributo do IDE para o desenvolvimento?”. Isto depende das diferentes formas de organização social, produtiva, tecnológica e como é que essas formas de organização, para além da forma como a internacionalização do capital que tem lugar, (Risiah, 1995)

Independentemente dos focos analíticos e visões que dão corpo ao debate em torno do IDE, este pode ter vários impactos possíveis sobre as economias dos países receptores. Os possíveis contributos podem ser resumidos nos seguintes pontos (Castel Branco, 2002c)

- i. Impacto sobre o investimento agregado;
- ii. Impacto no crescimento da economia;
- iii. Impacto sobre a produtividade;
- iv. Externalidades tecnológicas e pecuniárias associadas ao IDE.

⁶ 1º Grupo- marxistas radicais/neomarxista (influenciados pelas teorias da dependência) e 2º Grupo- Marxistas clássicos (Lenine, Engels).

⁷ Para detalhes sobre o debate em torno do contributo do IDE, vide. (Risiah, 1995).

Contudo, deve-se notar que a transferência de capacidades não é automática e externalidades tecnológicas não são, igualmente, automáticas; o IDE não transfere tecnologia necessariamente. Em geral, ligações pecuniárias geradas pelo IDE são muito limitadas, principalmente por causa dos pacotes de incentivos.

2.3. Interação IDE e crescimento económico.

No que diz respeito a interação entre o Investimento Directo Estrangeiro e crescimento económico nos países em desenvolvimento, a sua importância aumentou significativamente porque muitos países em desenvolvimento têm adoptado mais políticas liberais para atrair o IDE desde os meados da década 80, de forma a acelerar o crescimento económico. Literatura relevante neste tópico pode ser dividida em dois grupos.

O primeiro é baseado na teoria de crescimento na qual o IDE é introduzido como um dos factores que explica o produto do crescimento, enfatizando a importância da transferência do conhecimento ou tecnologia em adição a formação do capital, (Das, 1987; Din, 1994; Rodriguez - Clare 1996), citados por (Balasubramanyam, Salisu & Spasford 1996). A transferência tecnológica ocorre quando tecnologias avançadas embutidas no IDE são transferidas para fábricas, instalações de produção domésticas através da presença de Empresas Multinacionais (EMNs). De acordo com a nova teoria de crescimento, tal transferência afecta toda esfera económica através da natureza da concentração do mercado, assim como através da transferência tecnológica, praticas de gestão financeira nas industrias que as EMNs entram. Contudo, para os países em desenvolvimento se beneficiarem da transferência tecnológica, estes precisam ter uma capacidade de absorção, a qual depende do capital humano ou habilidades da sua força de trabalho. (Lall, 1992) citado por (Fosu, A.K. 2000) . Estas considerações levam a hipótese de que o IDE conduz ao crescimento

O segundo grupo de estudos focaliza a importância dos factores de crescimento explicado devido a existência de Empresas Multinacionais, que sugerem que o IDE é atraído para os países receptores devido a possibilidade de altos retornos. Visto como substituto de capital doméstico, o fluxo de IDE aumenta com alta demanda interna por capital gerada por crescimento económico nos países receptores. Expandindo os mercados domésticos torna

possível também para que as Empresas Multinacionais explorem as economias de escala, (Markusen, 1998). Ademais, melhorias no desenvolvimento do capital humano, produtividade de trabalho e infra-estruturas através do crescimento económico iria aumentar o retorno marginal de capital, consequentemente expandindo a demanda por investimento incluindo o IDE, (Markusen, 1998). A curto prazo, melhor desempenho em países receptores oferecem aos investidores estrangeiros um bom ambiente de investimentos e melhores oportunidades para fazer lucros, sugerindo a hipótese de um crescimento conduzido por IDE.

Em resumo, não há nada no contributo do IDE para o crescimento e desenvolvimento que seja automático. Tudo depende das condições em que ele opera na economia, como é feita a negociação para a sua entrada e integração na política e estratégia de desenvolvimento do país acolhedor.

2.4. Interação comércio internacional e crescimento económico.

No que concerne ao Comércio Internacional, os países se envolvem em trocas internacionais com dois objectivos *principais*: primeiro, *aumentar a quantidade de bens de consumo* com método indirecto de produção, isto é, o país produz e troca bens e serviços não disponíveis no mercado interno; segundo, para *aumentar o conhecimento*, por via do intercâmbio internacional e ter acesso a novas tecnologias e processos de produção que permitem produzir com maior eficiência, baixar custos e aumentar a produtividade (Krugman e Obstfeld 1994:80, 143/4).

O comércio internacional engloba duas categorias fundamentais: (i) o comércio de bens e serviços por bens e serviços, neste caso segundo a teoria de Heckscher-Ohlin, o país produz bens nos quais usa um factor que dispõe em abundância, aproveitando as vantagens comparativas; (ii) o comércio de bens e serviços por capital - neste tipo de comércio denominado por *inter temporal trade*, o país ganha experiência e conhecimento sobre novas tecnologias e melhora a qualidade de mão de obra. (Krugman e Obstfeld 1994:635).

As firmas exportadoras tendem a investir mais no aumento da sua capacidade tecnológica e são mais eficientes, comparativamente as não exportadoras. (World Bank, 1999:8). Nesta óptica, o comércio internacional contribui para substituir, completar, ou aumentar as

capacidades tecnológicas locais aumentando o crescimento. (Evenson e Westphal, 1995:2240).

2.5. Evidencia Empírica

A importância do crescimento económico e desenvolvimento económico é um tópico de maior interesse para muitos economistas. As razões para tal interesse devem-se ao facto de que o crescimento económico varia de nação para nação. Geralmente, o crescimento económico é resultado de maior quantidade e qualidade de recursos naturais, humanos e capital, como também do avanço tecnológico que aumenta a produtividade. Por outro lado, desenvolvimento económico é o processo pelo qual uma nação enaltece o seu padrão de vida.

Foram feitos muitos estudos empíricos (Tabela 1) para examinar o efeito do IDE no crescimento económico. Seus resultados sugerem que o IDE é um veículo importante para a transferência tecnológica, contribuindo mais para o crescimento do produto do que do investimento doméstico. Contudo, assegura-se alta produtividade do IDE somente se o país receptor tem um mínimo de *stock* de capital humano. Assim eles argumentam que o IDE contribui para o crescimento económico somente quando há uma suficiente capacidade de absorção de tecnologias avançadas no país receptor.

Tabela1. Sumario de estudos empíricos do impacto do IDE e Liberalização no crescimento económico: alguns desenvolvimentos recentes

Autores	Modelo e medida de impacto do IDE/Liber.	Tipo de Dados	Método de Estimção	Resultados encontrados
Balasubramanyam, Salisu e Sapsford (1996)	Aproximação da função agregada de produção. IDE como percentagem do PIB.	Dados de secção cruzada para 46 países, médias anuais 1985- 1997	Mínimos Quadrados Ordinários	Crescimento com ênfase no IDE tem efeitos fortes nos países de Promoção de Exportação do que nos de Substituição de Importações
Bende-Nabende and Ford (1998)	Um modelo de equação simultânea baseada numa simples aproximação ao crescimento. Medida do impacto do IDE: IDE como fluxo.	Séries temporais para Taiwan, 1959-1995	Método dos mínimos quadrados em 3 etapas	O IDE promove crescimento económico e transferência tecnológica

Soto (2000)	Aproximação dinâmica com variáveis de controlo sugeridas por Baro e Sala-I-Martin (1995). A medida do IDE é IDE como percentagem do PIB	Dados de painel para 44 países, 1986 - 1997	Modelo de Método de Momentos Generalizados	IDE apresenta um positivo e significativa correlação com crescimento
Akinlo (2004)	Aproximação da função agregada de produção. A medida do IDE é o operador de diferença do <i>stock</i> de capital estrangeiro.	Séries temporais para Nigéria, 1970-2001	Modelo MQO com correcto do erro	O IDE na industria extractiva não estimula o crescimento como o faz na industria manufactureira.
Alfaro, Chanda, Kalemi-Ozcan, Sayek (2003)	Crescimento económico é regredido com um indicador do IDE e outra variáveis importantes. IDE como percentagem do PIB.	Dados de secção cruzada para 71 países, Media anual para 1975-1995	Estimação pelos MQO	IDE sozinho joga um papel ambíguo na promoção do crescimento económico. Contudo, países com um Mercado financeiro bem desenvolvido saiem a ganhara com o IDE
Durham (2004)	Crescimento económico é regredido com um indicador do IDE e outra variáveis de controlo importantes. IDE como percentagem do PIB.	Dados de secção cruzada para 80 países, 1979-1998	Análise de limites extremos	Os resultado sugerem que o IDE não tem um efeito directo e positivo no crescimento económico
Laureti e Poatiglione (2005)	Soto framework acima mencionado, para medir o impacto IDE: IDE como percentagem do PIB	Dados de painel para 11 países, 1990-2000	Método Momentos Generalizados	O IDE é fracamente significativo para explicar o crescimento.
Oteng-Abayie Eric Fosu e Frimpong Joseph Magnus 2006	Usam a Função agregada de produção aumentada para examinar o impacto do IDE e abertura comercial no crescimento económico.	Série de dados anuais para Gana, 1970-2002	Teste de fronteira aproximação (ARDL)	O impacto do IDE no crescimento é negativo, contudo, a abertura comercial tem um impacto positivo e significativo no crescimento.
Pei-Pei Chen e Rangan Gupta	Examinam o impacto da abertura comercial no crescimento económico	Dados anuais para a região da SADC, 1990-2003	Técnica de MMG	Abertura comercial um forte e positivo impacto no crescimento económico.
Halit Yanikkaya 2003	Examina a relação entre o liberalização /abertura comercial com o crescimento, usando varias	Dados de secção cruzada para 100 países desenvolvidos e não	MQO e MQG em três etapas.	Barreiras comerciais estão positivamente e em muitas especificações

	medidas de liberalização.	desenvolvidos, 1970-1997		significativamente associadas como o crescimento económico.
--	---------------------------	--------------------------	--	---

Fonte: Ledyaeva e Linden, 2006:10

A tabela1 mostra os resultados de alguns estudos empíricos que testaram a hipótese de o IDE contribuir para o crescimento económico. Estudos específicos para alguns países como por exemplo, o Taiwan, revelam que o IDE teve o impacto positivo para o crescimento económico, tendo se verificado o processo de transferência tecnológico através da estratégia de criação de Centros de Pesquisa e Inovação. No entanto estudos feitos para Gana e Nigéria revelam que o IDE teve um impacto negativo para o crescimento económico em Gana embora a liberalização tenha tido um impacto positivo. No caso da Nigéria, o IDE teve um impacto negativo na indústria extractiva, tendo contribuído positivamente para a indústria manufactureira.

2.4 Determinantes do IDE

Tradicionalmente, a viabilidade financeira de um projecto de investimento privado, indicada pela sua lucratividade, era vista como sendo a variável chave do processos de decisão de realização de investimento pelas firmas. Para os governos, a viabilidade económica é tida como a variável mais relevante (dados os efeitos sociais e outras externalidades consideradas).

No que concerne a nova vaga de fluxos internacionais de capital (em particular os associados ao IDE), importa referir que existem vários factores que concorrem para a tomada da decisão de investimento, dentre os quais se pode mencionar os seguintes:⁸

- *Diferentes riscos identificados* (políticos, comerciais, de moeda externa e outros);
- *Acesso a recursos* (exploração de vantagens comparativas estáticas - v.g. mão-de-obra barata, recursos de subsolo, etc.);
- *Acesso a mercados* (como forma de “contornar” barreiras comerciais, reduzir custos de transporte e outros custos de transacção);
- *Aumento da eficiência produtiva* (globalização/regionalização dos processos produtivos como estratégia de redução de custos, riscos e incerteza);

⁸ Para uma descrição pormenorizada vide Brewer, T.L and S.Young. 1998; Lall, S.1997 e Woodward, D 2001 e Hanson, G, H 2002

- *Objectivos estratégicos* (estabelecimento de alianças inter corporações para dominar mercados, acesso a redes de distribuição, diversificação da produção);
- *Fuga a restrições legais* (sanções económicas, leis ambientais anti poluição, etc);
- *Prestação de serviços ao IDE já estabelecido* (distribuição e *marketing* por via de subcontratação) e ,
- *Investimento passivo, especulativo, via bolsa de valores.*

Deste conjunto de factores, destacam-se os factores associados com estratégias corporativas levadas a cabo pelas grandes corporações transnacionais (alianças estratégicas, regionalização e/ou globalização dos sistemas produtivos e processos de integração vertical intra-firmas) pelo facto destes influenciarem significativamente o crescimento e padrão dos fluxos do IDE (alocação regional e sectorial entre países),⁹ facto que coloca sérios desafios de política para os países que pretendem atrai-lo.

A efectividade das medidas de política usadas na atracção do IDE, em particular das medidas de incentivos, passa a depender, em grande medida, do conhecimento e consideração destes factores na fase de concepção e implementação.

O fluxos globais de capitais externos que um país atrai ou pode atrair, podem ser vistos como função, não só das políticas e medidas de incentivos “locais”, mas também (e sobretudo) como função da atractividade do país receptor, medida em termos da qualidade de infra-estruturas, mão-de-obra bem treinada e qualificada, vantagens comparativas estáticas (recursos naturais exploráveis, tamanho do mercado, mão-de-obra, etc.) e outras vantagens locacionais.¹⁰

2.4.1 Incentivo ao investimento estrangeiro: Necessidades e relevância.

A literatura sobre desenvolvimento baseado em políticas e estratégias industriais identifica vários motivos pelos quais os países em vias de desenvolvimento, em

⁹ Vide a tabela 6 em anexos sobre as tendências do IDE

¹⁰ Para uma análise desenvolvida sobre as motivações ou determinantes do IDE, vide Lall, S 1997, World report investment (UNCTAD 2005), Chan, S (ed) 1996. e Woodward, D 2001.

particular, adoptam medidas de incentivo para atrair ou promover os fluxos privados externos de investimento.

Dentre os diversos motivos salientam-se aqueles que são decorrentes ou intrínsecos às características estruturais dos PVDs, nomeadamente:¹¹

- Fortes constrangimentos de moeda externa (agravada pela crise da dívida);
- Poupança doméstica limitada e a ausência ou disponibilidade decadente de outras formas de fluxos internacionais de capital para financiar investimento;
- Acesso a mercados;
- Fracas capacidades produtivas e baixo nível tecnológico;
- Altos níveis de desemprego e pobreza relacionados com uma fraca dinâmica do investimento e crescimento;
- Necessidade de investimentos para promover crescimento em condições de política e estabilização macroeconomia;
- uma avaliação excessivamente optimista dos benefícios de curto prazo e subestimação dos custos de longo prazo dos influxos do IDE.

Este conjunto de características torna o acesso aos fluxos externos de capitais, uma questão vital para o funcionamento da actividade económica. O IDE, por exemplo, é visto como a solução para os problemas de desenvolvimento no que concerne a transferência de capital, tecnologia, da moeda externa, do acesso a mercados internacionais e outras externalidades positivas para os PVDs.

Existem, também, outros motivos pelos quais os países podem adoptar medidas de incentivos:

- Economias podem sofrer uma série de problemas (aumento de níveis de instabilidade macroeconómicas, grandes défices públicos que são financiados por

¹¹ Para detalhes veja Woodward, D:2001

políticas fiscais expansionistas), logo os investidores podem pedir/exigir benefícios para investirem¹²;

- A economia receptora do investimento pode pretender que este seja alocado a um sector específico ou que este seja um tipo específico de IDE. Assim pode introduzir incentivos para que esse sector seja mais atraente¹³.

No que respeita a utilidade ou relevância de políticas e estratégias de promoção do investimento baseadas no uso de medidas de incentivos, existe na literatura, um debate que opõe diferentes escolas ou visões de economistas.

Para os economistas neoclássicos, incentivos não fazem sentido. O importante é o ambiente económico em geral. Tentar atrair o IDE mais do que o atraído pelas vantagens comparativas, vai distorcer o equilíbrio de factores na economia e cria um padrão de crescimento instável e ineficiente (os fluxos do IDE são, portanto, determinados por vantagens comparativas). Defende-se a adopção de “boas políticas macroeconómicas” – estabilidade, liberalização, privatizações (como garante dos direitos de propriedade) e redução da burocracia.

Portanto, ao invés de montar sistemas de incentivos, o que é importante é que a economia tenha um bom ambiente, o qual é determinado pelos aspectos acima; Incentivos para atrair IDE são inadequados e são formas de mascarar as ineficiências.

Os neoclássicos argumentam ainda que privatizações atraem fusões e aquisições. Mas isso não implica necessariamente atracção de novo investimento. Também isso não é um processo continuo, dado que, uma vez terminado, o IDE deixa de fluir para essa economia. Por outro lado, uma grande parte do IDE que circula no mundo, deve-se ao facto do ser

¹² e.g. garantias contra desvalorização da moeda e nacionalizações, políticas de preço específicas, concessão de direitos de monopólio por determinado período de tempo para recuperar capitais rapidamente e reduzir risco, etc.

¹³ Aqui trata-se de uma política selectiva de investimento; Pretende-se distorcer as vantagens da economia a favor daqueles sectores que se pretendem como prioritários, ou pode-se tratar de uma estratégia de compensação para outras medidas de política económica que prosseguem outros objectivos (mecanismo de reembolso de impostos de factores de produção).

difícil fazer o comércio (devido às barreiras comerciais). Assim, barreiras comerciais podem ser, por exemplo, uma maneira de atrair IDE.

As *principais* críticas ao pensamento neoclássico no que concerne a utilidade de políticas de incentivo, podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- i. Não é verdade que incentivos não fazem nenhum sentido; e Eles fazem sentido se estiverem enquadrados numa estratégia que visa direccionar a alocação dos recursos e se estiver relacionado com indicadores de desempenho. Tem o papel de modificar vantagens comparativas estáticas da economia. Podem ser negativos se não responderem a nenhuma estratégia industrial;
- ii. Não é verdade que IDE é determinado por vantagens comparativas estáticas; Estas só podem ter alguma importância nas economias pouco desenvolvidas. Há outros aspectos relacionados com estratégias privadas ou públicas que determinam o IDE os quais podem não estar relacionadas com vantagens comparativas;
- iii. Há muitas dúvidas sobre a validade do Conceito de *boas políticas macroeconómicas*¹⁴ na atracção do IDE: Primeiro, há muitas duvidas sobre o impacto de políticas macroeconómicas. Segundo, existem outros factores importantes que são conducentes a atracção de fluxos de capitais.

A questão dos incentivos parece só fazer sentido num contexto em que a economia consegue identificar o que quer e dentre todas estratégias, consiga ver o que é melhor para a economia. Fora disso, usar recursos sociais para atrair investimento só aumenta custos sociais e reduz benefícios sociais do investimento. Incentivos para o IDE só fazem sentido dentro de uma estratégia industrial selectiva (ou não) dependendo do caso.¹⁵

¹⁴ Para detalhes vide Bird, G. 1999 e Castel-Branco 2001a

¹⁵ Vide e Stein, H (ed) 1995 e Lall, S 1996 para as diferentes formas de tratamento dos investidores estrangeiros nos diferentes Novos Países Industrializados (NICs), baseadas nas condições específicas e estratégias de industrialização de cada país.

3. Caso de Moçambique: Padrões e dinâmicas do IDE na economia

A presente secção procura identificar os diferentes impactos possíveis que o IDE pode estar a ter sobre a economia moçambicana, analisando os padrões de sua alocação inter- e intra- regional e sectorial. Tomando em consideração os determinantes do IDE (analisado na secção anterior) e as características estruturais, esta secção avalia e questiona a sensibilidade do IDE as medidas de incentivo usadas e o grau de eficiência e eficácia do pacote de incentivos, no que respeita ao alcance dos objectivos pretendidos.

Devido a ausência de uma base de dados (precisos, detalhados e sistemáticos)¹⁶, a avaliação dos diferentes impactos que o IDE está a ter na economia nacional será feita numa base especulativa assente nas evidências circunstanciais acerca do seu padrão e dinâmicas, as quais podem ser indicativo do impacto real.

Os custos e benefícios sociais associados ao IDE podem ser adequadamente avaliados pelos diferentes tipos de ligação que o mesmo permite estabelecer com a economia de um país receptor ou acolhedor.

Tais ligações compreendem os seguintes tipos: (i) *Input-output*; (ii) Tecnológicas; (iii) Investimento complementar; (iv) Ligações pecuniárias e (v) Ligações estruturais.

3.1.1. Ligações *Input-Output*

Este tipo de ligações consiste basicamente no desenvolvimento da rede de fornecedores e consumidores. Para garantir o seu normal funcionamento, os grandes projectos (mega projectos) precisam de grandes quantidades de bens e serviços. Esta é uma grande oportunidade para as empresas nacionais fornecerem esse *input*.

Face a fraca capacidade tecnológica das Pequenas e Medias Empresas (PMEs) nacionais, está em curso um programa de capacitação de empresas nacionais. Este programa inclui aspectos ligados a relações industriais, segurança no trabalho e políticas de qualidade em relação a participação em concursos públicos, etc. Para as empresas beneficiárias, a capacitação poderá significar crescimento, competitividade, habilidade e novas oportunidades de negócios. Este é um incentivo ao surgimento de novas actividades e indústrias.

¹⁶ Registo actualizado sobre o contributo de projectos associados ao IDE na geração de moeda externa, nas receitas fiscais, nas importações, criação de postos de emprego e outras externalidades não facilmente quantificáveis.

3.1.2. Ligações Tecnológicas

As ligações tecnológicas desenvolvem-se entre firmas envolvidas em joint-ventures e consórcios criados para atender aspectos específicos da economia. Os grandes projectos representam uma oportunidade e ao mesmo tempo impõem um desafio enorme as PMEs nacionais devido a sua escala de produção, grau de sofisticação, praticas de gestão e de produção, capacidade financeira e experiência.

3.1.3. Ligações Pecuniárias

O desenvolvimento de actividades dos mega projectos manifesta-se pela produção em grande escala, virada para as exportações, pratica de salários altos, possível contribuição nas receitas fiscais, etc.

Dada a fraca capacidade produtiva, grosso modo, das empresas nacionais, as exportações de mega projectos tem um impacto significativo na balança de pagamentos. Só para citar um exemplo, as exportações da Mozal em 2001 foram de 391 milhões de dólares o que representa metade das exportações totais de cerca de 703.1 milhões de dólares (KPMG, 2002).

3.1.4. Ligações Investimento Complementar

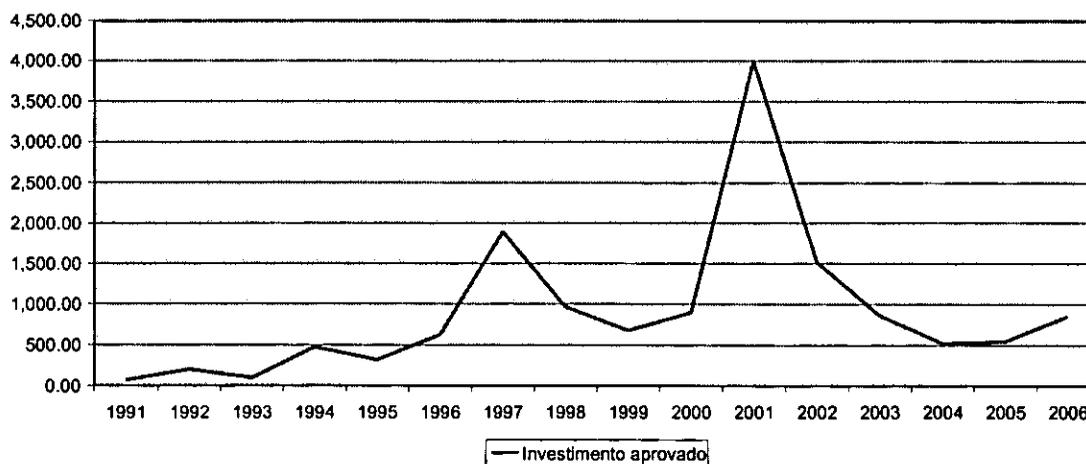
A lei de investimentos em vigor no país define mega projectos como empreendimentos que criam pelo menos 500 novos postos de trabalho ou induzem a criação de pelo menos 1000 postos de trabalho, no prazo de 3 anos. Os mega projectos em curso no país, tendem a fazer grandes contratações da força de trabalho local na fase de construção. A título de exemplo, a Mozal durante a fase de construção empregou cerca de 10000 trabalhadores.

Os diferentes custos e benefícios potenciais, podem ser resumido nos seguintes: Efeitos fiscais através do alargamento da base tributária; Efeitos sobre a balança de pagamentos; quantidade e qualidade de emprego; Transferência de tecnologia para a economia local e padrões ambientais.

3.2. Comportamento do IDE no período 1991 – 2006

De modo geral, os fluxos de investimento para a economia aumentaram substancialmente, exibindo, contudo um padrão de instabilidade (gráfico 3.1). A trajetória do gráfico mostra dois picos: o primeiro em 1997 com a aprovação do Projecto Mozal com um total de cerca de 1860 milhões de dólares; o segundo em 2001 com três grandes projectos a contribuir em cerca de 3067 milhões de dólares, nomeadamente Mozal II 1000 milhões de dólares, Ferro e Aço de Maputo com 1100 milhões de dólares (que não foi implementado) e Pemba Bay com 967,5 milhões de dólares. (CPI, Localização e sectores 2001)

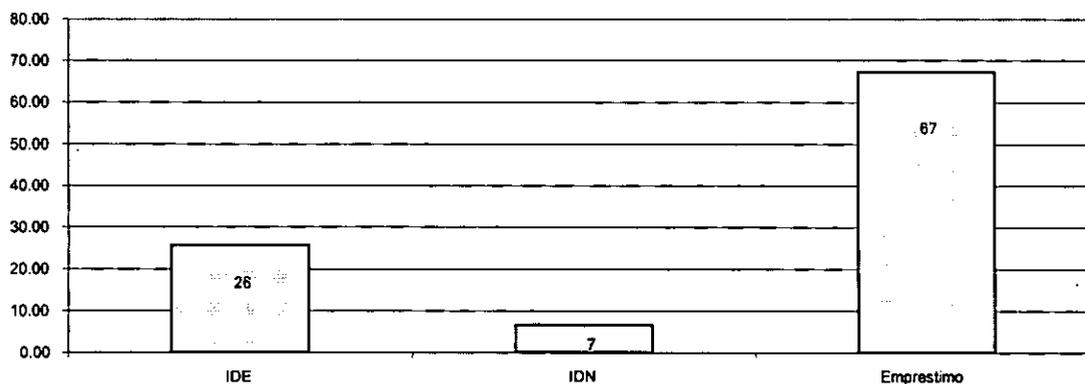
Gráfico 3.1 : Investimento total aprovado em milhões de USD (1991-2006)



Fonte: CPI base de dados 1991-20060

A proporção do IDE na estrutura global dos fluxos de investimento é bastante significativa, aproximando-se ao volume dos empréstimos e transferências externas, cuja proporção indica o papel determinante que estas fontes ainda representam para o financiamento da actividade produtiva do país (gráfico 3.2). Do gráfico abaixo, o Investimento Directo Nacional (IDN) representa apenas sete por cento do investimento total aprovado para o período em análise, o que revela de facto a fraca poupança interna suprida consideravelmente com recurso ao Empréstimo que representa 67% do investimento.

Gráfico 3.2 : Estrutura percentual do investimento total por fontes de financiamento (1991-2006)



Fonte: CPI, Castel-Branco 2002a

Segundo os dados do CPI, dos 26% do IDE, cerca de 95% do total de investimentos aprovados se destinam a indústria manufactureira e recursos minerais recebendo 69% e 16% respectivamente. Do investimento doméstico nacional 40% destinam-se para a indústria manufactureira, 16% para o sector de recursos minerais e cerca de 15% para o sector turístico. Os empréstimos por sua vez, destinam-se à autoridade central (governo), autoridade monetária (banco central) e aos bancos comerciais.

Dados disponíveis indicam que a África do sul lidera as iniciativas de investimento privado estrangeiro em Moçambique e tem induzido investimentos de outras fontes. A título ilustrativo, a análise desenvolvida em Castel-Branco 2001b e 2002b, em torno do impacto do IDE sul africano e sobre o estado das ligações económicas entre o país e a RSA, permitiu concluir que:

- RSA tornou-se o maior parceiro de investimento de Moçambique;
- O investimento sul africano representa 35% dos influxos de IDE para Moçambique e os projectos com participação sul africana absorvem 85% dos influxos do IDE, 35% do investimento directo nacional (IDN) e 75% do investimento total.

O IDE sul africano tem contribuído significativamente para o crescimento do investimento, liderando por isso, o *ranking* dos países investidores em Moçambique.

Perante a evidencia dos dados, justifica-se a entrada do fluxo do IDE em Moçambique uma vez que a poupança doméstica é insignificante.

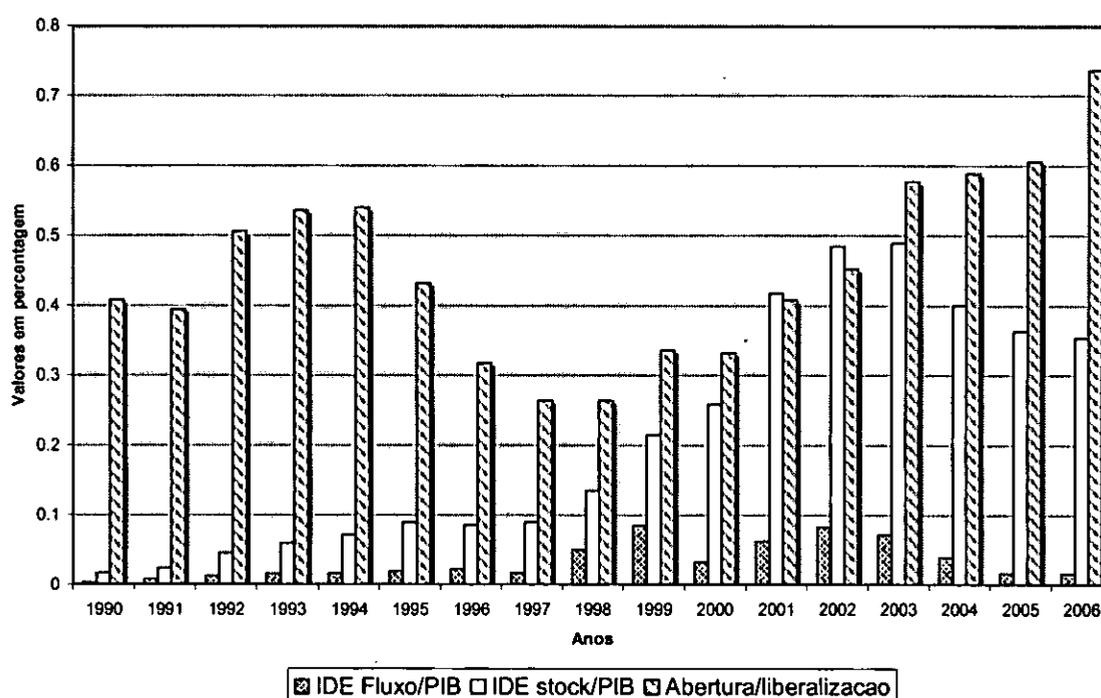
4 Padrões do Crescimento económico

Esta secção descreve sumariamente os padrões do crescimento nacional começando por relacionar o crescimento económico com o comércio internacional e IDE, terminando secção com o contributo dos mega projectos no comércio internacional

4.1 Relação Crescimento económico e Comércio Internacional

A relação crescimento económico e comércio internacional, sendo este percentagem do PIB, é forte conforme se pode observar no gráfico 4.1 e 4.2 abaixo. Mesmo se tomarmos em consideração o CI em volume (Imp+Exp), nota-se que o comércio internacional tem tido uma relação positiva com o crescimento em Moçambique .

Gráfico 4.1 Liberalizacao, Fluxos e Stock de IDE, como percentagem do PIB



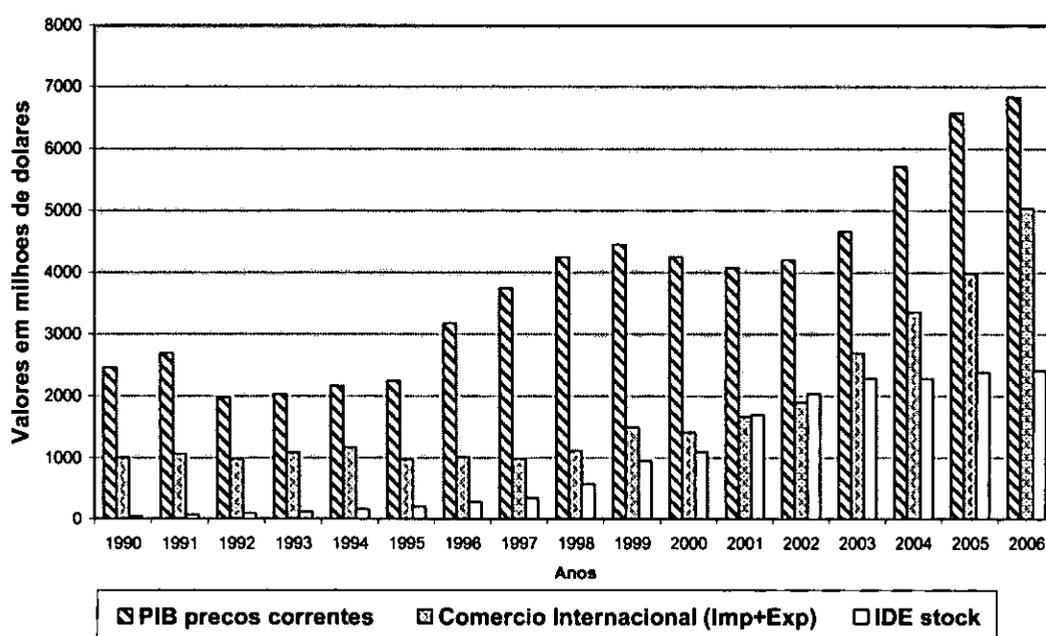
Fonte: Unctad WDI, Banco de Moçambique BE vários.

O fluxo de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) é uma componente importante na economia moçambicana e tem vindo a crescer substancialmente nos anos 1998 e 1999 conforme ilustra o gráfico 4.1 no nosso país. Esta tendência reflecte em parte o clima económico global, a estabilidade política (com assinatura do acordo de paz em 1992 e as primeiras eleições multipartidárias em 1994) e macroeconómica que Moçambique

atravessa, a política de investimentos do Governo e a localização geo-estratégica do país. O decréscimo fluxo do IDE como percentagem PIB que verifica a partir de 2003 está ligado com concretização dos projectos de investimentos aprovados e sua entrada em funcionamento.

O índice de abertura comercial bem como o volume do comércio internacional aumentou significativamente com a entrada em funcionamento de alguns mega projectos (Mozal I e II, Gas Natural e pipeline Temane-Secunda, SASOL-Complexo Petroquímico, Motraco, Areias pesadas de Chibuto e Momo, Ferro e Aço de Maputo (que não foi implementado), etc).¹⁷

Grafico 4.2: Evolucao do Stock do IDE, Com. Intern. (volume) em relacao ao PIB



Fonte: Unctad WDI, Banco de Moçambique BE vários.

4.2 Relação investimento directo estrangeiro e Crescimento económico

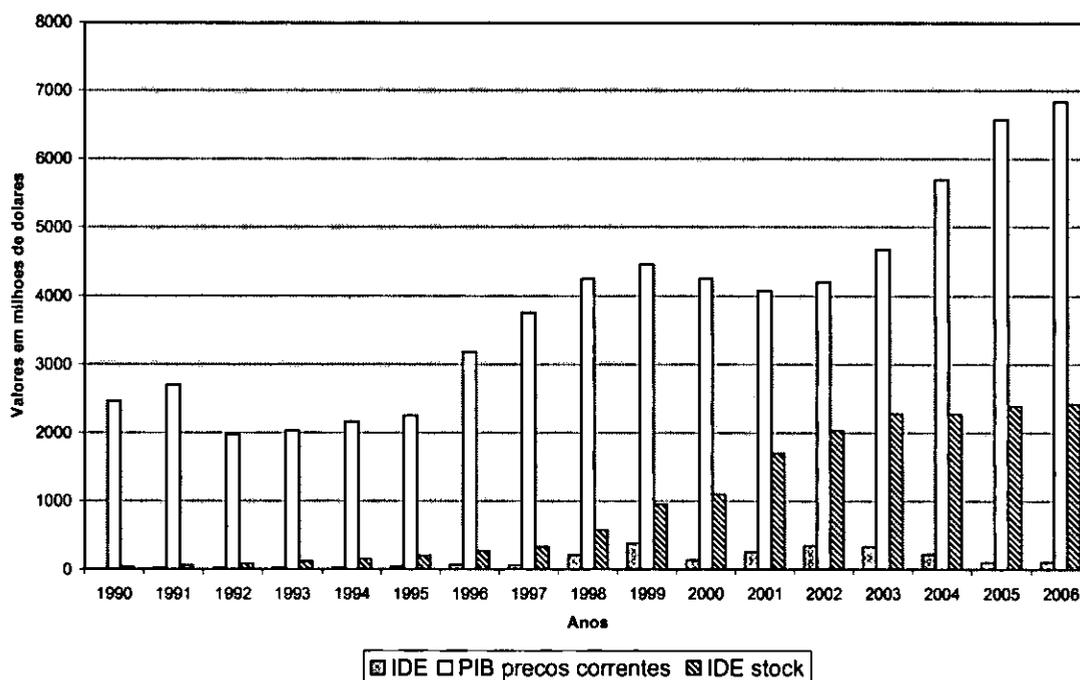
Conforme ilustram os dados da tabela 4 em anexo a relação fluxos do IDE (realizado) com percentagem do PIB para explicar o crescimento económico é fraca. Contudo, tendo

¹⁷ Para mais detalhes a cerca do custo do projecto, emprego gerado e localização vide a tabela 3 em anexo.

mostrado uma tendência crescente de 1992 a 1999, tendo se representado cerca de 10% do PIB entre 1999 e 2000.

Tomando em consideração o *stock* de IDE para cada ano a relação IDE e PIB tende a melhorar substancialmente, mostrando uma tendência crescente desde a criação dos corredores de desenvolvimento (como é o caso de Maputo Witbank) e aprovação do Projecto Mozal, Motraco construção e entrada em funcionamento da Portagem de Maputo. Só o projecto Mozal, na altura da sua aprovação em 1997 estava orçado em cerca de 1860 milhões de dólares¹⁸. O gráfico 4.3 abaixo, mostra claramente que a situação tende a melhorar.

Gráfico 4.3 Evolucao do PIB, fluxos do IDE e stock de IDE



Fonte: CPI, UNCTAD database

Conforme indicam os dados da tabela 4 em anexo o *stock* do IDE como percentagem do PIB, conheceu um aumento significativo desde 1992, passou de 4.5% (1992) para 9% (1995) o significa que o seu peso duplicou em menos de cinco anos, tendo passado para 25.76% em 2000. De 2000 à 2003 o *stock* do IDE atinge o máximo de 48.8% com

¹⁸ Base de dados do CPI, Localização e sectores

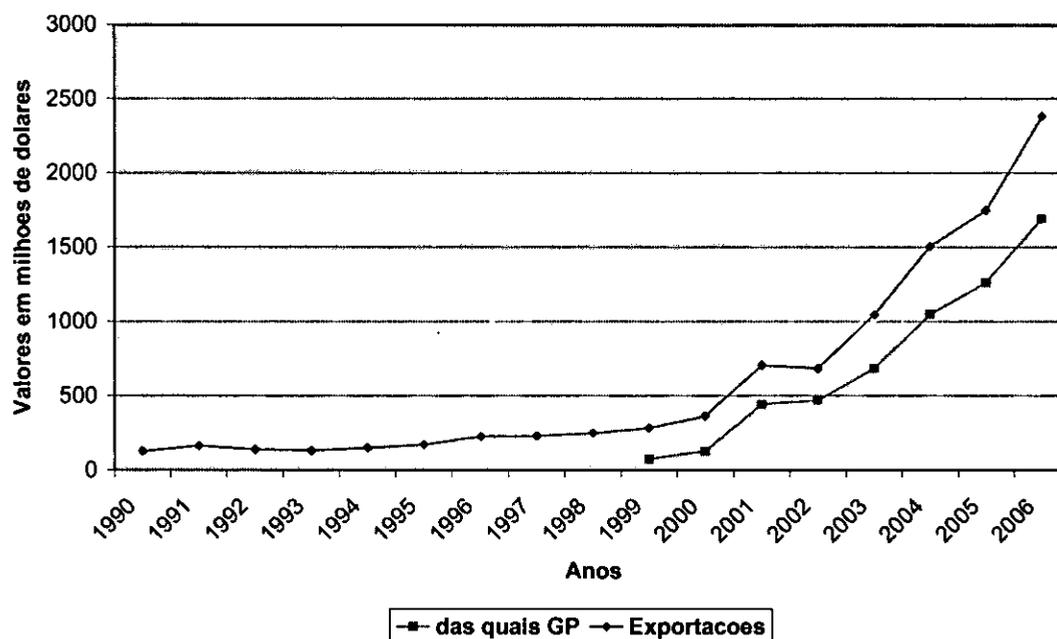
particular contribuição dos projectos mencionados na pagina 23, adicionando as Areias pesadas de Chibuto.

Perante esta tendência, fica claro que o *stock* do IDE é o mais apropriado para explicar o crescimento económico em Moçambique

4.3 Contribuição dos mega projectos no crescimento do comércio internacional

Desde a entrada em funcionamento dos mega projecto como é o caso da Mozal, as exportações moçambicanas mostram uma melhoria, dado que a maioria dos mega projectos são orientados para exportações (promoção de exportação), com excepção das industrias do açúcar, óleo, cervejas e cimento que são orientados para a substituição de importações.

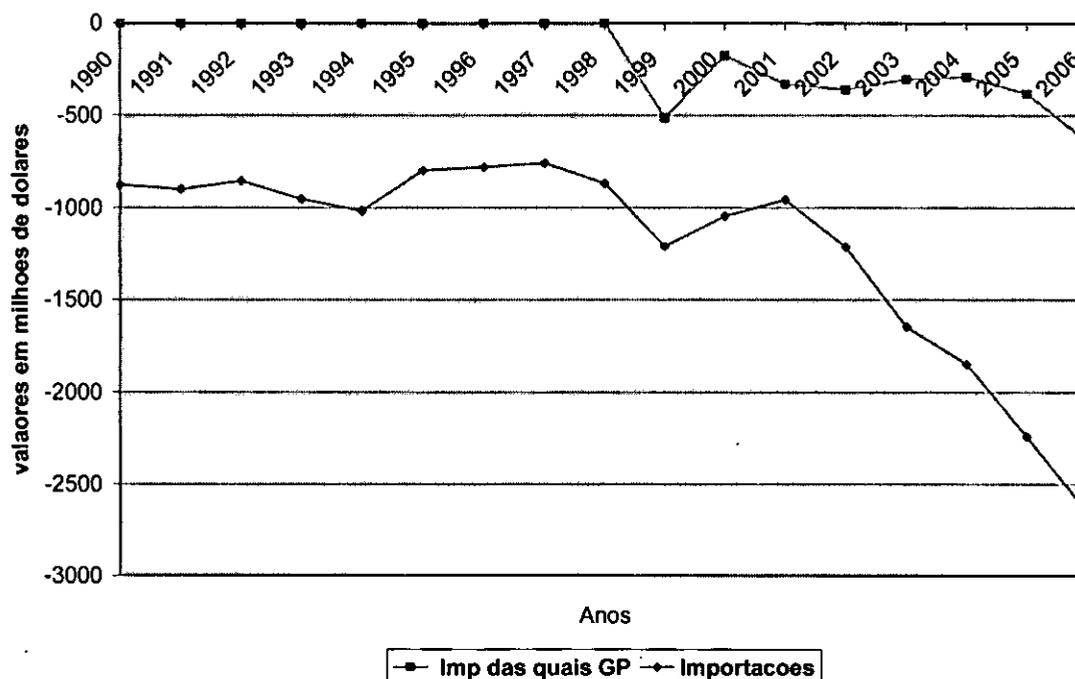
Gráfico 4.4: Contributo dos Grandes projectos (GP) nas exportacoes moçambicanas (em milhares de dolares)



Fonte: Banco de Moçambique B.E. nrs: 10, 30, 42, 59, 54

Do lado das importações (gráfico 4.5), importa referir que os grandes projectos mostram um crescimento nas importações particularmente devido as importações de maquinaria na fase de construção da Mozal até finais de 1999. Com término da construção da fábrica Mozal, as importações mostram uma redução facto que é corroborado pelo contributo dos mega projectos, mostrando um ligeiro aumento desde 2001, justificado pela expansão da Mozal (Mozal II).

Grafico 4.5: Contributo dos grandes projectos (GP) nas Importacoes



Fonte: Banco de Moçambique B.E. nrs: 10, 30, 42, 59, 54

5. Impacto do IDE na economia moçambicana

Os diferentes custos e benefícios potenciais, podem ser resumido nos seguintes: Efeitos fiscais; Efeitos sobre a balança de pagamentos; quantidade e qualidade de emprego; Transferência de tecnologia para a economia local e *padrões* ambientais..

No país, o IDE é considerado como um dos elementos centrais na criação de ligações com firmas locais, recebendo, por isso, uma vasta gama de medidas de incentivos, as quais aumentam em função da localização regional/sectorial específica. A contrapartida esperada pelo usufruto de tais incentivos é o contributo que este deve ter na promoção e aceleração do crescimento e desenvolvimento económico, redução de assimetrias, criação de emprego e poupança de moeda externa (substituição de importações e aumento de exportações). No entanto, as debilidades estruturais da economia acima referidas, tem contribuído significativamente para a redução da eficácia das medidas de incentivos, com o consequente aumento dos custos sociais.

5.1 Impacto do IDE no Crescimento Económico e na criação do emprego

O potencial contributo positivo que o IDE pode trazer para a economia nacional é limitado, a priori, pelas fraquezas estruturais e constrangimentos sobre o conteúdo da política económica no país. As Ligações entre IDE e firmas domésticas são fracas, a capacidade doméstica de investimento bastante limitadas, e a maioria das firmas domésticas não esta em condições de estabelecer parcerias com firmas estrangeiras numa base sustentável de longo prazo, devido a fraca capacidade tecnológica das PME nacionais, pois a sua estrutura industrial assenta em equipamento obsoleto.

Um estudo efectuado pelo CPI em 1998 e 1999, cobrindo cerca de 370 firmas nacionais estudadas para se identificar o seu potencial de ligações com a Mozal, concluiu que 99% das firmas apresentavam problemas de formação e enquadramento eficiente da força de trabalho, 95% não tinham a experiência requerida, 92% estava a funcionar com equipamento antigo e tecnologia ultrapassada, 90% enfrentava dificuldades de gestão, estrutura financeira e competência tecnológica e organizativa, e 85% apresentava deficiências no marketing e atitude de negócio.¹⁹

Por essa razão, o contributo do IDE, em particular o sul africano, está muito restrito aquilo que é o seu impacto líquido, decorrente das actividades dos grandes projectos a si associados (v.g. alumínio, açúcar, energia, cerveja, refrigerantes, moagem de cereais e industrias de cimento), os quais estão, por sua vez, fortemente associados a política industrial na RSA.

A maioria dos grandes projectos envolvendo IDE são altamente intensivas em capital e com padrões de produção concebidos para produzir para mercados altamente competitivos, o torna a transferência de capacidades para a economia doméstica quase impossível ao mesmo tempo que reduz as possibilidades de aumento do emprego.

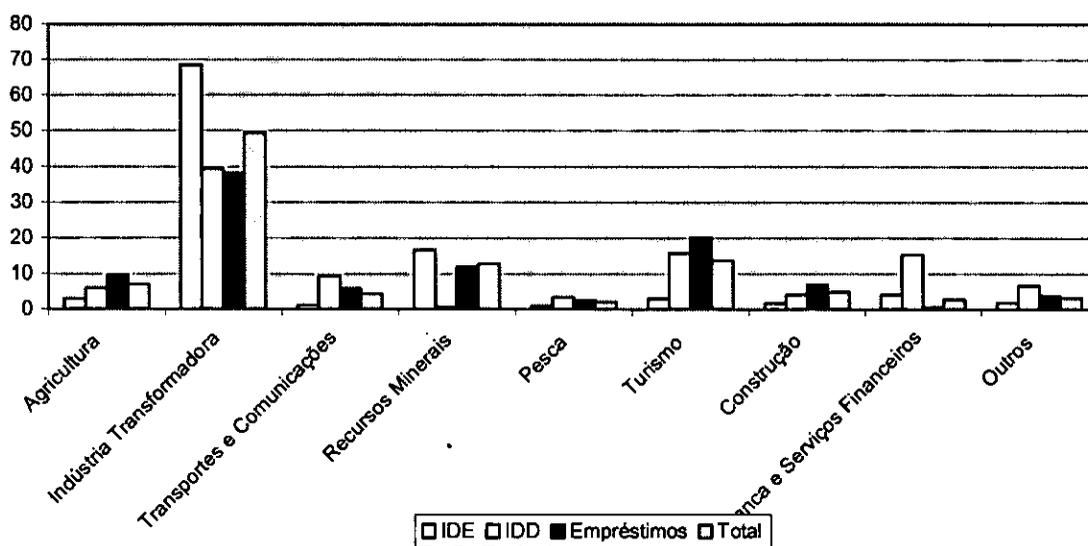
Com excepção do açúcar, nenhum dos grandes projectos do IDE Sul Africano, é trabalho intensivo numa base sustentável. A título de exemplo a Mozal durante a sua fase de construção empregou cerca de 10000 trabalhadores por pouco mais de um ano, mas para o

¹⁹ CPI, 1999, Linkage Division, Report on six month pilot programme e CPI, 1998, proposal to develop a linkage programme in Mozambique.

seu normal funcionamento precisa de apenas 800 trabalhadores dos quais 700 são nacionais.²⁰

Analisando a distribuição sectorial e regional do IDE, verifica-se que esta está distribuído numa forma desigual, favorecendo a indústria e província de Maputo respectivamente. Gráfico 5.1a abaixo mostra que a Indústria Transformadora acima de 50% do investimento total.

Gráfico 5.1 : Estrutura sectorial do investimento por província e fonte de financiamento (como % do investimento total).1991-2006



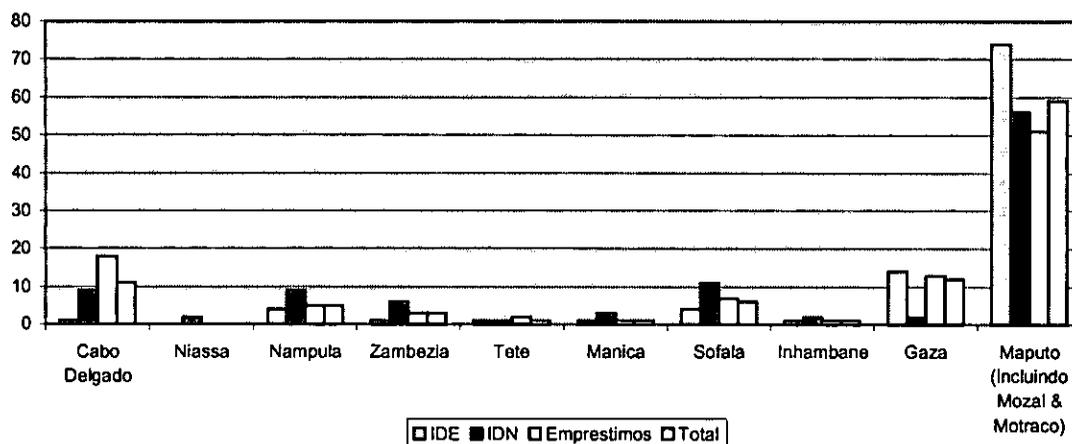
Fonte: CPI, Castel-Branco 2001a

Considerando que a maioria da população moçambicana vive nas zonas rurais e depende a agricultura para o seu sustento, o gráfico 5.1 para o período 1991 a 2006 construído com base nos dados do CPI para o período em análise, mostra que este sector recebe menos 10% do IDE e de Empréstimos, analisados na secção 4 como as maiores fontes de financiamento em Moçambique uma vez que o IDN muito reduzido. Contudo, os sectores da Indústria transformadora, Banca e serviços financeiros e do Turismo são os que mais se beneficiam do IDE recebendo cerca de 40%, 16% e 15% respectivamente. Olhando para os

²⁰ Castelo Branco, CN 2002b *Economic linkages between South Africa and Mozambique. A study case for the department for international Development of British Government-South African Office.*

empréstimos que são a principal fonte de financiamento do investimento total (representam 67% do investimento total), a Indústria transformadora e Turismo, juntos recebem cerca de 60%, sendo 39% para a Indústria transformadora e 20% para o Turismo.

Gráfico 5.2 : Estrutura do investimento por província e fonte de financiamento (como % do investimento nacional), incluído Mozal e Motraco 1991-2006



Fonte: CPI, Castel-Branco 2001a

A estrutura do investimento por província (gráfico 5.2), é ainda assustadora pois Maputo recebe acima de 50% de todas fontes de financiamento, seguido de Gaza que recebe pouco mais de 10% do IDE e de Empréstimos, ficando evidente que alocação do IDE nada tem a ver com a viabilidade do investimento, mas sim com estratégias corporativas do complexo mineral energético Sul Africano que tem como interesse dominar e controlar a produção regional e mundial do Alumínio pela Mozal I e II, e exploração de recursos minerais como Areias Pesadas, Gás Natural e outros .

O IDE Sul Africano ocupa uma proporção bastante significativa no conjunto dos investimentos já implementados e está relacionado com estratégias corporativas do complexo mineral-energético o qual está em processo de globalização pela regional Austral de África.

Dados disponíveis indicam que a África do sul lidera as iniciativas de investimento privado estrangeiro em Moçambique e tem induzido investimentos de outras fontes. A

Anexos

Tabela 2: Identificação e caracterização dos principais mega projectos

Projecto	Investidor(es)	Custo (milhões de US\$)	Novos Empregos (em operação)	Localização
Mozal I e II – Alumínio	Billiton, Mitsubishi, IDC	2,300	1,500	Beloluane (Maputo)
Motraco Electricidade	ESKOM, EDM, SEB	131	Nd	Beloluane (Maputo)
Gás natural e pipeline Temane-Secunda	SASOL	1,500	700	Pande e ao longo do pipeline (Inhambane, Gaza e Maputo)
Areias Pesadas	Southern Mining Corporation, Corridor Sands e IDC (SA) e WMC (Austrália)	1,400	Nd	Chibuto (Gaza)
Areias Pesadas	Kenmare Resources (Irlanda)	200	250	Moma (Nampula)
Ferro e Aço	---	1,100	500	Molotana (Maputo)
Complexo Petroquímico	SASOL	1,800	Nd	Beira (Sofala)
Parque Industrial	Chifton e GoM	500	Nd	Beloluane (Maputo)
Linha Férrea do Sena	CFM	315	Nd	Tete e Sofala
Porto de Dobela	CFM	515	Nd	Matutuíne (Maputo)

Fonte: CPI Base de dados 1991-2007

**Tabela 3: Investimento total aprovado por fonte de financiamento 1991 –
2006 Valores em milhões USD**

	IDE	IDN	empréstimo	Investimento aprovado
1991	21.28	20.32	29.36	70.97
1992	76.02	56.77	68.21	201.00
1993	46.40	12.27	36.12	94.78
1994	119.76	65.33	286.96	472.05
1995	62.00	79.07	178.49	319.55
1996	94.55	93.85	437.15	625.55
1997	573.60	79.89	1,237.68	1,891.18
1998	204.92	124.31	636.32	965.55

1999	113.86	65.86	495.40	675.12
2000	302.43	76.98	520.62	900.03
2001	953.41	97.77	2,944.71	3,995.89
2002	561.73	50.04	906.36	1,518.12
2003	28.56	10.82	64.31	103.70
2004	113.04	45.08	361.41	519.53
2005	160.88	35.63	347.79	544.30
2006	163.38	113.25	573.43	850.06
total	3,595.80	1,027.25	9,124.32	13,747.37
% total	26.16	7.47	66.37	

Fonte: CPI Base de dados 1991-2007

Tabela 5 Distribuição Regional dos Incentivos Fiscais

Região A (Niassa, Tete e Cabo Delgado)	Valores Aplicáveis		
	Agricultura	Indústria	Outros
Redução em 80% da Contribuição Industrial	7%	8%	9%
Redução em 80% do Imposto Complementar	3,6%	3,6%	3,6%
+ 6 anos de redução em 50% da Contribuição Industrial	17,5%	20%	22,5%
Região B (Nampula, Zambézia, Manica e Sofala)	Taxas Aplicáveis		
	Agricultura	Indústria	Outros
Redução em 50% da Contribuição Industrial	17,5%	20%	22,5%
Redução em 50% do Imposto Complementar	9%	9%	9%
Redução em 65% da Contribuição Industrial (fora das capitais provinciais) Redução em 65% do Imposto Complementar (fora das capitais provinciais)	12,25%	14%	15,75%
	6,3%	6,3%	6,3%
+ 3 anos de redução em 40% da Contribuição Industrial	21%	24%	27%
Região C (Inhambane, Gaza, e Maputo)	Taxas Aplicáveis		
	Agricultura	Indústria	Outros
Redução em 50% da Contribuição Industrial	17,5%	20%	22,5%
Redução em 50% do Imposto Complementar	9%	9%	9%
Redução em 65% da Contribuição Industrial (fora das capitais provinciais) Redução em 65% do Imposto Complementar (fora das capitais provinciais)	12,25%	14%	15,75%
	6,3%	6,3%	6,3%
+ 3 anos de redução em 25% da Contribuição Industrial	26,25%	30%	33,75%

Fonte: In Código dos benefícios fiscais.

Tabela 4: Dados usados no estudo

Ano	Valores em milhões de dolares																
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Balanca Comercial	-751	-737	-716	-822	-869	-630	-557	-530	-620	-927	-682	-254	-534	-604	-346	-497	-268
Exportacoes das quais GP	126.4	162.3	139.3	131.8	149.5	170	226.1	230	248.2	283.8	364	703.1	682	1044	1504	1745	2381
Importacoes	-878	-899	-855	-954	-1019	-800	-783	-760	-868	1211	1046	-957	1216	1648	1850	2242	2649
Imp das quais GP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-514	-177	-331	-362	-307	-293	-384	-637
Balanca de capitais	-83.5	-188	-155	-107	-22.1	72.4	235	183.1	387.9	314.1	305.8	356.5	1169	284.1	578.1	193.2	1659
IDE	9.2	22.5	25.3	32	35	45	72.5	64.4	212.7	381.7	139.3	255.4	347.6	336.7	224.7	107.1	109
LN IDE	2.219	3.114	3.231	3.466	3.555	3.807	4.284	4.165	5.36	5.945	4.937	5.543	5.851	5.819	5.415	4.674	4.691
Tx fluxo do IDE	0	2.446	1.124	1.265	1.094	1.286	1.611	0.888	3.303	1.795	0.365	1.833	1.361	0.969	0.667	0.477	1.018
Comercio Internacional (Imp+Exp)	1004	1061	994.3	1086	1168	970	1009	990	1117	1495	1410	1660	1898	2692	3354	3988	5030
IDE_stock	41.7	64.2	89.5	121.5	156.5	201.5	274	338.4	573.3	955	1095	1697	2034	2278	2278	2386	2416
IDE Fluxo/PIB	0.004	0.008	0.013	0.016	0.016	0.02	0.023	0.017	0.05	0.086	0.033	0.063	0.083	0.072	0.039	0.016	0.016
IDE stock/PIB	0.017	0.024	0.045	0.06	0.072	0.09	0.086	0.09	0.135	0.215	0.258	0.416	0.484	0.488	0.4	0.363	0.354
Abertura/liberalizacao	0.408	0.394	0.505	0.535	0.54	0.432	0.317	0.264	0.263	0.336	0.332	0.407	0.452	0.577	0.589	0.606	0.736
PIB precos correntes	2463	2695	1969	2028	2163	2247	3179	3752	4240	4448	4249	4075	4201	4666	5698	6579	6833
Taxa de crescimento do PIB	1	4.9	-8.6	6.8	7	3.3	7.352	10.24	10.78	8.118	1.091	11.9	8.817	6.024	7.884	8.388	7.967
Variacao PIB	-5.2	8.8	6.2	2.2	14.8	11.1	11.8	8.4	1.5	12.3	9.2	6.5	7.9	8.4	8.5
LN PB	7.809	7.899	7.585	7.615	7.679	7.717	8.064	8.23	8.352	8.4	8.354	8.313	8.343	8.448	8.648	8.792	8.83

a) Fonte: BANCO de MOCANBIQUE, Boletim Estatistico nrs.50,52,42,10

b) Fonte: UNCTAD, FDI/TNC database

c) CPI, Base de dados

d) Calculos do autor

e) INE, base de dados

Tabela 6 Tendências do IDE

Influxos

Quantidades e distribuição regional de influxos de IDE (milhões de US\$ ou %)	1989-1994 (média anual)	1995	1996	1997	1998	1999	2000
IDE total	200.145	331.068	384.910	477.918	692.544	1.075.049	1.270.764
Países desenvolvidos	137.124	203.462	219.688	271.378	483.165	829.818	1.005.178
(percentagem do total)	69	62	57	57	70	77	79
União Europeia	76.634	113.480	109.642	127.626	261.141	467.154	617.321
(percentagem do total)	38	34	28	27	38	43	49
América do Norte	48.227	68.029	94.090	114.923	197.009	320.126	344.450
(percentagem do total)	24	21	24	24	28	30	27
Países em desenvolvimento	59.578	113.338	152.493	187.352	188.371	222.010	240.167
(percentagem do total)	36	34	40	39	27	21	19
África	4.013	5.936	6.440	10.970	8.274	10.474	9.075
(percentagem do total)	2	2	2	2	1	1	1
A. Latina/Caraíbas	17.506	32.311	51.152	71.152	83.200	110.285	86.172
(percentagem do total)	9	10	13	15	12	10	7
Brasil	1.498	5.475	10.496	18.743	28.480	31.362	33.547
Argentina	2.694	5.609	6.949	9.162	7.281	24.147	11.152
México	6.571	9.526	9.902	13.841	11.612	11.915	13.162
Ásia e Pacífico	37.888	75.293	94.351	107.205	95.599	99.728	143.479
(percentagem do total)	19	23	25	22	14	9	11
China	13.951	35.849	40.180	44.237	43.751	40.319	40.772
Hong Kong	4.164	6.213	10.460	11.368	14.776	24.591	64.448
Coreia do Sul	869	1.776	2.325	2.844	5.412	10.598	10.186
Singapura	4.798	8.788	10.372	12.967	6.316	7.197	6.390
Malásia	3.964	5.816	7.296	6.513	2.700	3.532	5.542

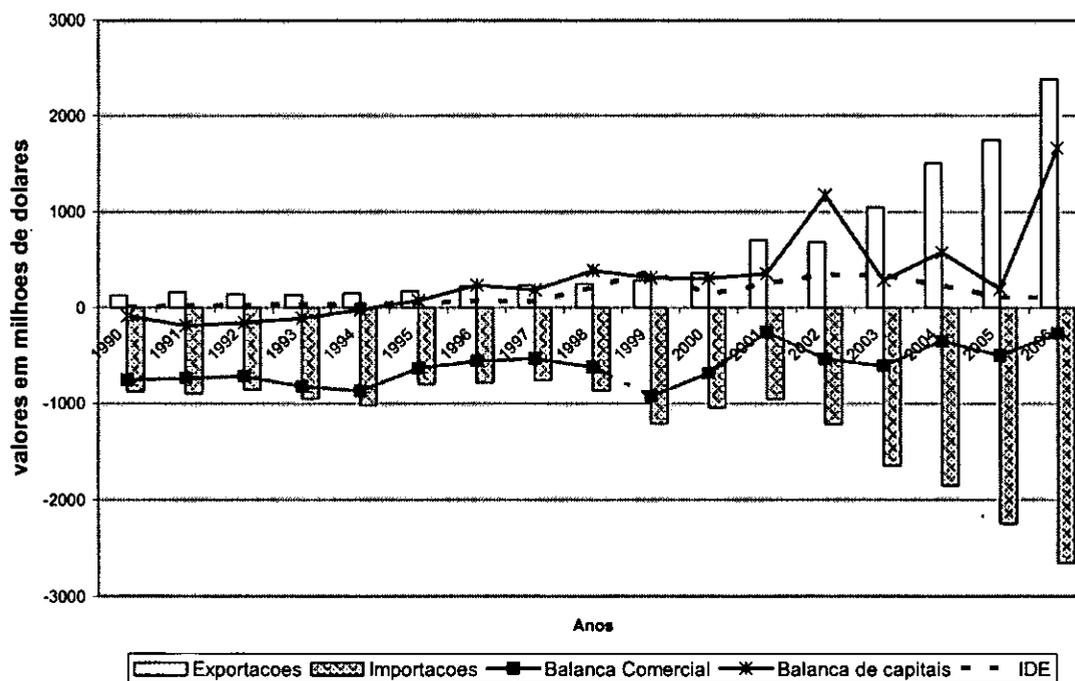
Fonte: World Investment Report 2005. UNCTAD (United Nations).

capacidade das pequenas e médias empresas no uso de técnicas modernas de gestão e investimento em tecnologias avançadas.

5.2 Impacto do IDE na Balança de Pagamentos (BOP)

O impacto do IDE sobre a balança de pagamentos é fortemente influenciado pelo mecanismo que se estabelece entre os diferentes componentes da balança global via influxos de capital estrangeiro. Existe, por exemplo, uma relação simétrica entre a balança comercial e a balança de capitais, induzida pela relação existente entre o tamanho do investimento e o do défice da balança comercial, e entre o tamanho do excedente da conta de capital e o défice comercial. (gráfico 5.3)

Gráfico 5.3: Exportações, Importações, IDE, Balança Comercial e de capitais



Fonte: Banco de Moçambique B.E. nrs:10, 30, 42, 59, 54

Este mecanismo é explicado pela baixa elasticidade das exportações face a expansão económica e alta dependência das importações sobre o investimento, ambos decorrentes das debilidades estruturais da economia moçambicana: A especialização estreita da base produtiva e de exportações e o subdesenvolvimento das ligações intra e inter-industriais.

O impacto do IDE sobre as exportações tende a ser significativo nos últimos tempos devido ao contributo da Mozal, cuja produção se destina exclusivamente à exportação. A redução no volume de investimentos nos anos mais recentes deve-se, fundamentalmente à redução do volume de importações da Mozal, no âmbito da concretização do projecto de investimento.

O impacto do IDE sobre outros componentes da balança de pagamentos global pode ser ainda mais limitado devido a possibilidade de livre repatriamento dos lucros (a título de exemplo a conta Rendimentos na balança de pagamentos, mostra a evolução do repatriamento do rendimento do Investimento directo que em 2003 era de 42.1 milhões de dólares, tendo passado para 167.6 milhões de dólares em 2004 e em 2005 passou para 284 milhões de dólares)²¹ e o alto grau de concentração e especialização (que limita o escopo de substituição de importações e aumenta a volatilidade dos ganhos de exportação).

Contudo, as isenções fiscais (tabela 5 em anexo) de que gozam os grandes investimentos em Moçambique, os elevados montantes de lucro que estão autorizados a repatriar e a reduzida mão de obra que empregam, devido ao recurso a tecnologias de ponta, tem levado vários sectores nacionais a duvidar da contribuição efectiva destes empreendimentos na luta contra a pobreza em Moçambique.

²¹ Bolentim Estatístico. BM nr. 50 pag. 27.

6. Conclusões e Recomendações

O trabalho tinha por objectivo avaliar criticamente a relevância e efectividade do investimento directo estrangeiro no crescimento económico, no contexto dos desafios levantados pelas mudanças conjunturais que se vem operado a escala mundial, a nível da região Austral, e particularmente em Moçambique.

O argumento central do trabalho, de que o investimento directo estrangeiro promove o crescimento, não é sustentado pela evidencia empírica no caso moçambicano se o IDE for tomado como percentagem do PIB, embora o volume do comércio internacional tenha aumentado significativamente.

No caso específico de Moçambique, o crescimento do investimento é fortemente determinado pela presença de um punhado de grandes projectos cujo valor facial influi largamente na escala dos fluxos anuais e instabilidade do investimento total.

A evidencia empírica analisada no presente trabalho permitiu concluir que:

1. O IDE não é muito sensível às medidas tradicionais de incentivo, por via disso, o pacote de incentivo revela-se ineficaz e ineficiente em atrair a realização dos investimentos nas regiões centro e norte. Daí a sua concentração na província e cidade de Maputo;
2. Dada a estrutura dos incentivos em curso em Moçambique, a qual é baseada sobre isenções e deduções/moratórias, a maioria das grandes projectos do IDE geram muito poucas ligações fiscais (e.g. Mozal, com estatuto de ZFI, não paga virtualmente nenhum imposto). Espera-se que passados os 10 anos da isenção dos impostos, estes projectos tenham um grande contributo nas receitas fiscais;
3. O IDE por ser dominado por grandes projectos que usam um nível tecnológico muito avançado, parece estar a estabelecer fracas ligações com o resto da economia e não há nenhuma evidência de que o IDE esteja a gerar o investimento doméstico;
4. Embora tenha aumentado significativamente o volume de exportação, o impacto no crescimento e na balança de pagamentos é limitado, face a livre possibilidade de repatriamento dos lucros e alto grau de concentração e especialização, o que limita

o escopo de substituição de importações e aumenta a volatilidade dos ganhos de exportação.

Recomendações

1. Ao invés de concentrar sinergias na simplificação do processo burocrático de acesso aos benefícios fiscais e aduaneiros, o governo deveria considerar a possibilidade de aplicar a técnica de análise custo-benefício, principalmente para os projectos de grande dimensão, geralmente associados com estratégias corporativas das grandes corporações transaccionais ;
2. Por forma a que se possa maximizar a transferência de tecnologia deve-se incrementar o investimento em Capital Humano, através da criação de Centros e Institutos de Pesquisa e Desenvolvimento;
3. Apoiar as Pequenas e Médias Empresas no aumento da capacidade tecnológica através do subsídio nas despesas em formação profissional ou outro tipo de treinamento nas empresas; introduzir técnicas modernas de gestão; aumentar a eficiência e competitividade das empresas;
4. Que sejam feitas mais pesquisas com uso de ferramentas econométricas, incluindo outras variáveis que não foram objecto deste estudo, de forma a medir o real impacto do IDE e abertura comercial no crescimento económico, de forma a fechar lacuna relativamente ao assunto em causa.

7. Referencias

1. Akinlo, A. 2004. *Foreign Direct Investment and Growth in Nigeria. An Empirical Investigation*, Journal of Policy Modeling, Vol. 26 No.5, pp.627-39
2. Alfaro, M. A. Chanda, S. Kalemli-ozcan, and SAYEK, S. 2003. *FDI and Economic Growth: The Role of Local Financing Markets*, Journal of International Economics, Vol 64, pp. 89-112
3. Balyasubramanyam, N., Salisu, M. e Sapsford, D. 1996 *Foreign Direct Investment and Growth in EP and IS Countries*, The Economic Journal, 106 pp. 92-105.,
4. BANCO de MOCANBIQUE, *Boletim Estatístico nr.10, 30, 42, 50 e 54*
5. Bende-Nabende, A and FORD, L. 1998. *FDI, Policy Adjustment and Endogenous Growth: Multiplier Effects from Small Dynamic Model for Taiwan, 1959-1995*, World Development, 26(7), pp.1315-1330.
6. Bird, G. 1999. *How Important is Sound Domestic Macroeconomics in Attracting Capital Inflows to Developing Countries-* journal of international Development 11, pp 1-26
7. Borensztein, E., Gregorio, J., and Lee, J. 1998. *How does Foreign Direct Investment Affect Economic Growth?*, Journal of International Economics, 45, pp. 115-135.
8. Brewer, T.L and S. Young. 1998. *The Multilateral Investment System and Multinational Enterprises*. Oxford University Press. Oxford
9. Carcovic, M e levine, R. 2002. *Does Foreign Direct Investment Accelerate Economic Growth?* University of Minnesota Department of finance, Working Paper online www.ssrn.com
10. Castel-Branco, C N. 2001. *South African Foreign Direct Investment and the Mozambican Economy. Notes for a presentation for the Cambridge university southern Africa society.*

11. Castel-Branco, C.N. 2002a. *An Investigation into the Political Economy of Industrial Policy. The case of Mozambique*. Unpublished PhD thesis. University of London (School of oriental and African studies, SOAS) London.
12. Castel-Branco, C.N. 2002b *Economic Linkages Between South Africa and Mozambique. A study case for the department for international Development of British Government-South African Office*. Unpublished.
13. Castel-Branco, C N. 2002c. *Megaprojectos e Estratégia de Desenvolvimento .Notas para um debate*.
14. Castel-Branco, C N. 2003a. *Situação Económica em Moçambique: reavaliação da evidencia com foco na dinâmica da produção industrial. Comunicação preparada para a VII conferencia anual do sector privado (CASP)*
15. Castel-Branco, C.N.2003c *Indústria e Industrialização em Moçambique: Análise da Situação Actual e Linhas Estratégicas de Desenvolvimento. Paper preparado para a Agenda 2025*.
16. Centro de Processamento de Investimentos (CPI). *Base de dados de investimentos aprovados de 1990-2007*
17. CPI, 1999, *Linkage Division, Report on six month pilot programme*
18. CPI, 1998, *Proposal to Develop a Linkage Programme in Mozambique*.
19. Chan, S. 1996. *Foreign Direct Investment in a Changing Global Political Economy. Mac Millan a St.Martins press*. London and New York. (ed).
20. Sandroni, Paulo. 2005, *Dicionário de Economia do Século XXI*, editora Record, Rio de Janeiro e São Paulo
21. Everson, R. e L. Westphal. 1995. *Technological Change and Technology Strategy. In Handbook of Development Economics, Vol.III*, por J. Behram e T.N. Srinivasan (eds). New York: Elsevier Science.
22. Fosu, A.K. 2000. *The International Dimension of African Economic Growth*. CID Working Paper nr. 34.

23. Fosu, AK. 1990. *Exports and Economic Growth: The African Case*, World Development, Vol. 18, No.6 pp. 59-73.
24. Gil, A.C. 1988. *Técnicas de Pesquisa em Economia*. Atlas, São Paulo.
25. Krueger, A.O. 1978, *Liberalization Attempts and Consequences*. Ballinger, Cambridge.
26. Krugman, P e Obstfeld, M. 1994. *Economia Internacional: Teoria e Prática*, 3 (ed), São Paulo.
27. Lall, S. 1997. *Attracting foreign investment- new trends, Sources and policies*. Commonwealth Secretariat economic paper 31.
28. Lall, S. 1996. *Learning from the Asian Tigers Studies in Technology and Industrial Policy*. Macmillan. London
29. Ledyeva, S e Linden, M. 2006. *Foreign Direct Investment and Economic Growth: Empirical Evidence from Russian Regions*, BOFIT Discussion Papers 17
30. Lei nr. 3/93 de 24 de Julho
31. Markusen, J. R; e A. J. Venables. 1998. *The International Transmission of Knowledge by Multinational Firms: Impact on Source and Host Country Skilled Labour*. In *creation and transfer of Knowledge: Institutions and Incentives*, por G.Barba-Navaretti, K. G. Maler e D. Siniscalco (eds.). Berlin: Springer
32. Perroux, F. 1955. *Teoria dos Polos de Crescimento e Desenvolvimento*. *Economia Aplicada* Vol. 7, p. 307-320, Paris
33. Rasiah, R. 1995. *Foreign Capital and Industrialization in Malaysia*. Macmillan and St.martins Press. London and New York.
34. Rolim, C, Franco, A.S, B. Bolnick, e P. Andersson. 2002. *A Economia Moçambicana Contemporânea -Ensaio-* Gabinete de estudos do Ministério do Plano e Finanças. Maputo, Moçambique.
35. Samuelson, P. e Nordhaus. 1999. *Economia*, 16ª edição, McGraw-Hill
36. Shacs, J.D. e Warner, A.M. 1995 *Economic Reform and the Process of Global Integration*. Brookings Papers of Economics, 1- 95.

titulo ilustrativo, a análise desenvolvida em Castel-Branco 2001b e 2002b, em torno do impacto do IDE sul africano e sobre o estado das ligações económicas entre o país e a RSA, permitiu concluir que:

- RSA tornou-se o maior parceiro de investimento de Moçambique;
- O investimento sul africano representa 35% dos influxos de IDE para Moçambique e os projectos com participação sul africana absorvem 85% dos influxos do IDE, 35% do investimento directo nacional (IDN) e 75% do investimento total;
- Não evidenciamos de que o IDE sul africano tenha, em resumo, afectado o investimento privado doméstico muito significativamente. Ligações entre IDE e firmas domésticas são fracas, a capacidade doméstica de investimento é pobre, e a maioria das firmas domésticas não teriam sido capazes de continuar ou ir além;
- Dada a estrutura dos incentivos em curso em Moçambique, a qual é baseada sobre isenções e deduções/moratórias, a maioria das grandes projectos do IDE geram muito poucas ligações fiscais (e.g. Mozal, com estatuto de ZFI, não paga virtualmente nenhum imposto). Por isso, o IDE sul africano é muito provável que não induza ao investimento público.

Resumindo, os fluxos de investimento aumentaram consideravelmente, embora de uma forma instável. A porção do IDE é bastante substancial, o que permitiria, na presença de uma estratégia coerente, tirar proveito da oportunidade proporcionada por esta vaga de investimento para maximizar os benefícios associados aos projectos de investimento, através da promoção do crescimento, diversificação da base produtiva e de exportações, aumento do emprego e receitas fiscais e redução ou substituição de importações. Portanto, o IDE parece não estar a responder as medidas de incentivo e benefícios fiscais em vigor no país. A sua concentração em Maputo, pode estar ligado a maior concentração de mão-de-obra qualificada, melhores infra-estruturas em comparação com as demais províncias, fácil e rápido acesso aos serviços portuário para a exportação do produto acabado, etc. Por forma a se ultrapassar as limitações das empresas nacionais no que concerne a absorção da tecnologia devia-se incrementar o investimento capital humanos (criação de mais universidades, institutos tecnológicos e pesquisa e desenvolvimento), aumentar a

37. Soto, M. 2000, *Capital Flows and Growth in Developing Countries: Recent Empirical Evidence*.
38. Stein, H (ed) 1995. *Asian Industrialization and Africa- Studies in Policy and Alternatives to Structural Adjustment* Macmilam and St. Martins press. London and New York
39. United Nations. 2005. *Transnational Corporations and the Internationalization of R&D Vol.1* (World Investment Report 2005). UNCTAD, United Nation New York and Geneva.
40. Weiss, J.1980. *Cost-Benefit Analysis of Foreign Industrial Investment in Developing Countries*. *Industry and development* 5,pp.41-45.
41. Woodward, D. 2001. *Direct and Equity Investment in Developing Countries: THE NEXT CRISIS?* London and New York
42. World Bank.1999. *World Development Report: Knowledge for Development (executive summary)*.www.worldbank.org/wdr, imprimido aos 9 de Outubro de 2007